

29 JAN 1994

Conselhos vão pressionar setor de seguro saúde

Dirigentes do Conselho Federal de Medicina (CFM) e do Conselho Regional de Medicina (CRM) disseram ontem que poderão acionar os diretores técnicos das empresas de medicina de grupo. As entidades não têm poder para intervir diretamente nas empresas. Os diretores das empresas podem ser punidos porque são, obrigatoriamente, médicos.

As seguradoras também estão visadas pelo CFM e CRM. "O sistema de seguro saúde no Brasil sempre funcionou livremente e, como não havia dispositivo de controle, sempre se usou e abusou", disse o vice-presidente do CFM, Crescêncio Antunes da Silveira Neto. "Mas agora é para valer e vamos usar de todos os instrumentos", continuou. "Para ganharmos essa briga com o poder econômico é fundamental que o usuário reclame sempre que se sentir lesado."

O médico acha que há um clima favorável para sensibilizar o poder público e mudar as leis. "Vamos fazer uma pressão de tal ordem que as empresas vão ter que se render e submeter às normas da resolução". A resolução do CFM, que começou a vigorar no último dia 24, determina que os planos de saúde atendam todas as doenças e dêem ampla liberdade de escolha de médico, hospital e laboratório. Segundo ele, essas normas visam ao interesse do maior bem que se possui: a saúde.

ESTADO DE SÃO PAULO

Indenização — "Essas coisas não podem ser seguradas do mesmo modo que se segura um automóvel ou outro bem material", observa. "Aliás, um carro parece ser mais valioso porque se a gente o perde a indenização é integral; mas se fizer um plano de saúde e, em um mês, tiver uma apendicite, tem que esperar pela carência."

Em São Paulo, 15 pacientes já entraram na Justiça com base na resolução do CFM e todos tiveram liminar favorável. Por isso, a orientação do CRM é que o paciente registre queixa no conselho e não Procon. Se precisa de cuidados imediatos ou já está em tratamento a família deve entrar com um mandado de segurança na Justiça. Na última segunda-feira terminou o prazo de 60 dias que o CFM deu para as empresas se adequarem à resolução.